

*Resumo: Este artigo descreve a "metodologia de atendimento sistêmico de famílias e redes sociais" ou "metodologia de atendimento sistêmico", destacando suas características fundamentais, as quais justificam distingui-la como uma metodologia consistente com os pressupostos da epistemologia sistêmica novo-paradigmática.*

*Palavras-chave: metodologia de atendimento sistêmico de famílias e redes sociais; metodologia de atendimento sistêmico; sistema determinado pelo problema; dissolução do problema.*

*Abstract: This paper describes the "systemic attendance methodology for families and social networks" or "systemic attendance methodology", emphasizing its fundamental characteristics, which justify that it can be distinguished as a methodology consistent with the assumptions of the new-paradigmatic systems epistemology.*

*Key words: systemic attendance methodology for families and social networks; systemic attendance methodology; problem-determined system; problem dissolution.*

## Distinguindo a "metodologia de atendimento sistêmico" como uma prática novo-paradigmática, desenvolvida com um "sistema determinado pelo problema"

Maria José Esteves de Vasconcellos

Para falar da "metodologia de atendimento sistêmico de famílias e redes sociais" – mais resumidamente, "metodologia de atendimento sistêmico" – que temos desenvolvido na EquipSIS, precisamos começar identificando o sistema com que trabalhamos, ou seja, qual a organização do sistema que distinguimos.

O atendimento sistêmico de famílias e redes sociais, tal como o temos concebido, é um trabalho desenvolvido com um sistema que se constitui ou que emerge, a partir da definição da existência de um problema. Trata-se de um sistema em que distinguimos, como organização, as opiniões divergentes ou posições antagônicas em relação a algo que está acontecendo. A organização é, pois, uma relação fundamental entre pessoas que, ao conversarem, fazem emergir o problema e constituem o sistema. Para se referir a esse tipo de sistema, Goolishian e Winderman (1989/1988) usam a noção de "sistema determinado pelo problema" ou SDP, nomenclatura que, também, temos adotado como fica bem caracterizado em nosso texto "Família como sistema, sistema mais amplo do que a família, sistema determinado pelo problema" (Aun, Esteves de Vasconcellos, Coelho 2007a).

Tendo assumido a visão / pensamento sistêmico novo-paradigmático<sup>1</sup>, assumimos como implicação, que "problemas" não pré-existem a uma distinção de um observador e a uma construção consensual (sobre sua existência) entre este observador e outros que eventualmente conversem com este a respeito. É a essas conversações que acontecem entre pessoas – as quais acabam concordando em relação à existência de um problema – que nos referimos

Maria José Esteves de Vasconcellos

EquipSIS – Equipe Sistêmica – Belo

Horizonte

E-mail: estevasc@terra.com.br

AMITEF - Associação Mineira de Terapia Familiar

com a expressão “sistema determinado pelo problema”. Referimo-nos a uma “rede de conversações”, ou a um “sistema lingüístico”, ou a um “sistema de significados”, ou seja, a um sistema constituído pelo que as pessoas dizem umas às outras. Aun (2007a), no texto “Uma nova identidade para o profissional que lida com as relações humanas. O especialista em atendimento sistêmico”, também discorre detalhadamente sobre essas concepções de “sistema lingüístico” e de “sistema determinado pelo problema”, de Goolishian e Winderman.

Isso quer dizer que as pessoas componentes do sistema não são componentes enquanto indivíduos, mas somente na medida em que realizam, com suas ações e conversações, a organização – problemática – do sistema em torno do problema, ou na medida em que realizam o problema propriamente dito. Por isso, se alguém não entra na conversação, não faz parte do sistema.

Parece importante ressaltar, portanto, que aqui estamos concebendo ou distinguindo sistemas cujos componentes são pessoas em interação – conversando, linguajando, construindo significados – e não su-postos sistemas compostos de significados, descrições, comunicações, como afirma Luhmann (1990, *apud* Capra 1996).

Portanto, o SDP se constitui pelas conversações entre pessoas que estão linguajando sobre algo que elas próprias definem ou consideram como um problema, ou seja, algo que, na percepção delas, não está bem, não está como deveria estar.

O profissional que assumiu o pensamento sistêmico novo-paradigmático acredita que algo que está sendo definido como um problema e que, portanto, desencadeia a constituição de um sistema lingüístico, ou que desencadeia uma rede de conversações, não é um problema objetivo, concreto, exterior às pessoas, nem pré-definido por autoridades ou quaisquer especialistas – mesmo que esses estejam institucionalmente encarregados de abordar a situação. Não é um problema pré-existente, sobre o qual “as pessoas vão trabalhar, tentando resolvê-lo”. A definição de uma situação como problema emerge de um consenso surgido em conversações de pessoas que se consideram relacionadas e/ou preocupadas com aquela situação.

Vejam alguns exemplos de como se constitui um SDP e de como emerge um problema. Suponhamos que, numa família, a mãe começa a observar recentemente um determinado aspecto do comportamento de seu filho que ela considera estranho e que

passa a se preocupar com a situação. Ela então conversa com o marido sobre sua preocupação e ele diz que também já tinha observado aquilo (que até agora não tem um nome) e que seria bom conversarem com a professora. Esta imediatamente concorda com a preocupação dos pais e sugere que procurem um psicólogo. Esse também concorda que algo parece não estar bem com a criança e sugere que procurem um neurologista. Está começando a surgir um consenso de que essa é uma “criança que tem problema”. Da consulta com o médico a criança sai “portadora de TDHA: Trans-torno de Déficit de Atenção e Hiper-atividade”. Dessas conversações, não só emerge um consenso de que algo não está bem com a criança, mas ainda um rótulo diagnóstico. Esse rótulo diagnóstico, essa síndrome, emergiu das conversações entre todos os envolvidos, mas a criança, a partir daí, começa sua carreira de portadora de um desvio, de uma anormalidade, como se o desvio fosse intrínseco a ela, como se estivesse em suas características pessoais objetivas, talvez genéticas, como se não fosse o resultado de uma construção social, realizada naquele contexto específico, por aquele grupo de pessoas, naquela história particular.

Já numa outra família, nós, como observadores, distinguimos uma criança com comportamentos muito parecidos com os daquela primeira. Porém, conversando com a mãe, ela diz: olhe que interessante, como os filhos são completamente diferentes um do outro. Meu primeiro sempre foi calminho, acomodado, mas esse é muito curioso, muito ativo, quer ver tudo, mexer em tudo... Mas eu e meu marido já conseguimos um jeito de lidar com ele que está dando muito certo. Já conversamos com a professora, que também está usando o mesmo jeito de lidar e também está achando que está sendo bom. Ele está se entrosando com os colegas e está indo bem na escola. Nesse caso, o que emerge das conversações é uma criança “portadora de grande curiosidade”, uma característica que pode até ser considerada desejável. Essa questão da emergência das características individuais – “normais ou patológicas” – nas conversações é abordada também no texto “A distinção do problema no lugar do diagnóstico” (Aun 2007a).

Passando para uma situação bem diferente, suponhamos que algumas pessoas estejam conversando e considerando as dificuldades de se concretizar uma determinação judicial para que alguns “adolescentes em conflito com a lei”, que tenham cometido algum ato infracional, cumpram uma “pena alternativa”, prestando serviços em instituições da própria comunidade: nessas conversações, essas pessoas estão definindo que

ai existe um problema. Claro que os motivos que levam as pessoas a entrar nessas conversações podem ser variados, tais como: denunciar, cobrar, apontar culpados, responsabilizar as autoridades, ou mesmo promover-se pessoalmente. Entretanto, parece razoável acreditar que muitas delas estejam empenhadas / interessadas em resolver o problema.

Como observadores, podemos distinguir as pessoas envolvidas nessas conversações: juizes; assistentes sociais e psicólogos judiciários; técnicos do PSC – Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, encarregados pela Prefeitura Municipal, não só de acompanhar o cumprimento da medida judicial, como, especialmente, de viabilizar a reintegração social desses jovens; os dirigentes de instituições da comunidade (postos de saúde, escolas, ONGs, empresas) onde os jovens poderiam “cumprir a pena alternativa”; as famílias desses jovens e, afinal, eles próprios.

Essas pessoas divergem quanto a considerar adequada ou não a forma como elas próprias estão se relacionando nessa situação prática. É provável que estejam dizendo coisas tais como: “o judiciário não deveria...”; “as famílias não podem...”; “as instituições da comunidade precisam...”; “o PSC deve...”. Goolishian e Winderman (1989 / 1988, p 23) se referem a isso dizendo que as pessoas “estão ativamente comprometidas em uma interação linguística, enfrentando um problema, ou em posições antagônicas”.

Então, fica evidente que, quando concebemos assim os sistemas com que trabalhamos, admitimos que o problema emerge das próprias relações entre as pessoas, ou seja, a forma como todos estão se relacionando / conversando sobre a situação que estão definindo como problema para si: expectativas (que não se cumprem) de umas em relação às outras; acusações e recriminações de umas para com as outras. Nesse momento, distinguimos conversações que Méndez, Coddou e Maturana (1998 / 1988) chamam de “conversações de caracterização” e “conversações de acusação e recriminação injustificadas”<sup>2</sup>. Essa é a organização do sistema que distinguimos, o qual nos dispomos a atender. Tratando-se, na nossa concepção, de um problema *relacional*, esse será um “atendimento *sistêmico*”.

Acredito que é pelo fato de o problema emergir das próprias relações entre as pessoas que podemos dizer que essas pessoas constituem um sistema em torno de um problema comum a todas, ou seja, que elas têm um “problema nosso”, um problema que envolve a todas elas.

Parece importante nos determos aqui no sentido de “problema nosso”. Por um lado, não é necessário

que as pessoas concordem completamente sobre a descrição do problema, suas causas etc. Por outro lado, a pessoa que já está conversando ou se dispõe a conversar sobre algo que está sendo definido como um problema, está tomando esse problema como seu, pensando “tem a ver comigo”, ou seja, está envolvida, preocupada, querendo alguma mudança na situação. Parece pouco provável que alguém se disponha ou se mobilize para conversar sobre uma situação que seja só de outra pessoa, com a qual ela não acredite ter *nenhum tipo* de vínculo.

A existência de vínculos parece, portanto, uma condição fundamental para se constituir um SDP. Aliás, Klefbeck (1996) deu a um *workshop* que ministrou em Belo Horizonte o título de “Psicoterapia dos vínculos e das redes sociais”. E Dabas e Najmanovich (s.d./ 1995) deram a seu livro o título “El lenguaje de los vínculos. Hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil”. Ambos deixam clara sua proposta de trabalhar com os vínculos (relações) afetivo-sociais entre os componentes das chamadas redes sociais.

Assim, o profissional habilitado para desenvolver o atendimento sistêmico, convida à conversação, para a constituição do “sistema de atendimento” as pessoas por ele distinguidas como possivelmente envolvidas / relacionadas à situação problema. Mas o “sistema de atendimento” se constitui efetivamente só com aqueles que, acatando esse convite, se mobilizam para participar dos “Encontros Conversacionais do SDP”.

Considerando-se que os “Encontros Conversacionais do SDP” visam à dissolução do problema, antes de fazer os convites, o profissional tem o cuidado de se referir ao “problema distinguido” cuja definição emergiu das conversações, de tal forma que – tirando o foco dos aspectos negativos, tais como o desvio, a patologia ou o fracasso – possa ser percebido como um “problema solucionável”. É o que Aun (2007a), chama de “definição positiva do problema”. Por exemplo, em vez de convidar para conversar sobre o alcoolismo, convida para conversar sobre as condições para a manutenção da abstinência.

Esse agrupamento de pessoas – que se mobilizam em busca de solução para um “problema nosso” – também chamado por nós de “rede em torno de um problema”, será um sistema que se constitui com a aceitação dos convites para conversar sobre o problema, caracterizando-se como o “sistema de atendimento”, o qual pode ser apenas um “sub-sistema” do SDP original. Para a prática, essa concepção da “rede em torno de um problema” tem importantes diferenças em relação à concepção de uma “rede em torno de um indivi-

duo" ou "rede em torno de uma família".

Considero que, por definição – a partir de nossa distinção entre um contexto de terapia e um contexto de atendimento sistêmico (Aun 2005) – o trabalho com a rede em torno de um indivíduo ou em torno de uma família corresponderia ao contexto clínico, ou seja, a uma terapia com um sistema familiar ampliado ou a uma terapia da rede familiar, como também considera Klefbeck (1996), em seus trabalhos com pacientes em situação de crise.

No contexto de atendimento sistêmico, ao colocar no centro do "mapa de rede" um "problema", e não um indivíduo ou uma família, a rede poderá se constituir não só por diversas famílias, como também por diversas instituições públicas e/ou privadas, tais como postos de saúde, escolas, creches, hospitais, ONGs etc., que estejam envolvidos com o problema distinguido.

Entretanto, mesmo que usemos a denominação de "rede em torno de um problema", para que possamos concebê-la como um "sistema determinado por um problema" ela deverá emergir naturalmente nas conversações decorrentes da distinção de um problema, sem qualquer critério de participação pré-definido, externo às próprias conversações, tal como feito por Aun (1996).

Por exemplo, alguns técnicos de um CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, de uma Prefeitura Municipal, conversando entre si, admitem que têm um "problema". Como são responsáveis pelo Programa Bolsa-Família, têm que decidir se mantêm ou se cortam a bolsa-família dos beneficiários do Programa, dependendo de as famílias estarem ou não cumprindo as condicionalidades colocadas pela legislação pertinente, a saber: as crianças estarem frequentando a Escola, com a frequência escolar mínima definida como suficiente, e estarem sendo regularmente atendidas no Posto de Saúde. Esses técnicos estão achando muito difícil cortar a bolsa de famílias que, na percepção deles, precisam muito desse benefício. Passam então a conversar sobre seu "problema" com diversas pessoas, dentre elas as escolas e os postos de saúde da comunidade.

Se, nessas conversas, uma escola disser: "essa decisão não é problema meu, pois só o que me cabe é informar ao Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar das crianças", essa escola não integrará o "sistema de atendimento" ou a "rede em torno do problema". Entretanto, não podemos perder de vista que o negar-se a conversar e a buscar outra alternativa – que não seja as famílias perderem a bolsa – é uma

forma de participar da definição do problema. Se um posto de saúde disser a mesma coisa: "só me cabe informar ao Programa se as crianças estão com suas vacinas em dia", esse posto de saúde estará também participando da definição do problema, mas não integrará o "sistema de atendimento".

Mas, em outra hipótese, escola e posto de saúde poderão se interessar pela conversação. As colocações dos técnicos do CRAS poderão desencadear reflexões, tais como: "Por que será que essas crianças não estão vindo regularmente à escola?" "Por que será que as famílias não estariam trazendo suas crianças ao posto de saúde?". Interessando-se por conversar sobre questões desse tipo, passarão automaticamente a integrar o "sistema de atendimento". Continuando a conversar, os técnicos do CRAS e os representantes das escolas e dos postos de saúde poderão decidir, conjuntamente, que convidarão as famílias para conversarem também sobre o que eles estão considerando como um "problema", um "problema" que agora já não é mais apenas dos técnicos do Programa Bolsa-Família, mas também dos Postos de Saúde e das Escolas da Comunidade.

E, então, as famílias serão convidadas: as que aceitarem o convite participarão também dos "Encontros Conversacionais do SDP". Uma ou outra família poderá não identificar esse "problema" como um problema seu e, portanto, decidir não aceitar o convite.

Parece importante ressaltar que, se os profissionais se mantiverem presos a algum conceito de instituição familiar, ou seja, a uma idéia pré-concebida de família, poderão com sua atuação dificultar a constituição da rede que vai trabalhar sobre o "problema". Por exemplo, suponhamos que uma equipe de profissionais do "setor de pré-natal" de uma maternidade comece a se preocupar com a alta reincidência de gravidez nas adolescentes que têm atendido. Decide então abordar esse problema e convidar as adolescentes grávidas, em período pré e pós-natal, com suas famílias, para conversarem sobre a "prevenção da reincidência da gravidez na adolescência" (definição do problema de forma positiva), baseada no pressuposto de que as famílias se preocupam e conversam sobre a gravidez precoce e que se dispõem a participar dos Encontros Conversacionais do SDP. Os profissionais sugerem então às adolescentes que tragam suas famílias para conversarem a respeito. Mas as adolescentes trazem apenas seus parceiros e algumas amigas. Como a equipe esperava trabalhar com um "grupo de multi-famílias" – uma vez que concebe que a família dessas adolescentes se constitui por seus pais ou responsáveis – sen-

te-se frustrada e insiste bastante com as adolescentes para que convidem suas famílias para um próximo encontro. Porém, as adolescentes argumentam que quem decide sobre uma nova gravidez são elas mesmas, algumas delas juntamente com seus companheiros, e que já têm costume de conversar sobre isso com suas amigas.

O que acontece nesse caso? De fato, já havia um SDP – pessoas que já conversavam sobre o problema (a equipe do hospital e as adolescentes que estavam sendo atendidas). Apesar de já estar se constituindo naturalmente uma “rede social em torno do problema”, ou seja, um sistema disposto a trabalhar sobre o problema por ele mesmo definido como tal, a equipe não pode percebê-lo. Talvez, por não ter assumido ainda o pressuposto da intersubjetividade do pensamento sistêmico novo-paradigmático e por ter ficado presa a uma idéia pré-concebida de família como instituição definida por laços consanguíneos. Essa idéia provavelmente influenciou também a equipe na escolha da forma de trabalhar o “problema”, utilizando-se do “grupo de multi-famílias”.

Mas voltemos ao “problema” dos técnicos do Programa Bolsa-Família. Claro que cada família pode aceitar o convite, interessada em manter o próprio benefício: cada uma pode ter vindo conversar sobre o “problema” de sua própria família, em busca de uma solução para si própria, ainda que todas possam ter percebido que seu “problema” é da mesma classe do “problema” de outras famílias. Pode ser tão parecido que possa até parecer igual, mas não é o mesmo. Qual quer “problema” – definido como tal em conversações intra-familiares, terá aspectos muito peculiares em cada uma das famílias.

Entretanto, acredito que o que dá identidade ao sistema conversacional de que estamos falando aqui – a “rede em torno do problema” ou “sistema de atendimento” – é o problema que têm em comum: a situação de todos estarem correndo o risco de passarem por algo que não desejam. As famílias estão correndo o risco de perderem o benefício, ao mesmo tempo em que os técnicos correm o risco de terem de fazer algo que não querem fazer, isto é, cortar o benefício de famílias que, na sua definição, precisam dele. Certamente, até esse momento, não estão se relacionando de forma que possibilite a solução do problema. Provavelmente existem divergências e acusações recíprocas, assim como expectativas recíprocas de que cabe ao outro resolver o problema.<sup>3</sup>

Embora cada uma das famílias tenha o seu problema e possa conversar sobre ele, o fato de haver

instituições conversando também, junto com as famílias, interliga todos os problemas das várias famílias em um problema só, que todos poderão identificar como o “nosso problema” (Esteves de Vasconcellos 2007).

Por exemplo, no trabalho de Aun (1996) e nos seus desenvolvimentos subsequentes no Programa Muriki, os técnicos do programa e demais instituições presentes, assim como as famílias, têm, como “problema nosso”, conseguir a inclusão, na família e na comunidade, do portador de deficiência, independente de ser essa uma deficiência visual, auditiva, mental, locomotora ou outra. A meta do profissional será apenas o desenvolvimento de novas formas de relação entre todos os envolvidos, as quais possam viabilizar a inclusão.

Por outro lado, a presença de instituições da comunidade – além de famílias – a maior diversidade de participantes nas conversações, amplia os recursos que poderão ser colaborativamente mobilizados para a solução do problema. Além disso, tem considerado também (Campos e Miotto, 1998) que, enquanto técnicos ou profissionais encarregados da assistência, não deveria sobrecarregar as famílias, transferindo-lhes responsabilidades que elas não podem assumir e a participação das instituições nas conversações possibilita uma adequada distribuição das responsabilidades. Por exemplo, algumas famílias não cumprem a condicionalidade de frequência escolar de seus filhos adolescentes, ou pré-adolescentes, porque eles se recusam a frequentar a escola, argumentando que a professora grita e é agressiva e que eles não estão aprendendo nada que lhes sirva para progredir na vida. Ao mesmo tempo, as famílias se queixam de não terem recursos para conseguir que filhos dessa idade frequentem a escola sem o desejarem, só por obrigação. Exigir dessas famílias o cumprimento dessa condicionalidade, sem lhes oferecer outros recursos ou sem que a escola também participe da conversação sobre esse problema, é o que entendemos por sobrecarregar a família.

O que caracteriza o trabalho de atendimento sistêmico é a criação de um “contexto de autonomia”, ou seja, um contexto conversacional – contexto significando regras de relação explícitas ou implícitas – em que todos têm igual direito a voz, propiciando a co-construção de uma solução para o problema distinguindo pelas pessoas que conversam (Aun 1996).

Parece então que, por definição, co-construção é sempre algo que implica pessoalmente a todos que dela participam. Acredito, pois, que a possibilidade de acontecer a co-construção de uma solução depende da

identificação de um problema que seja de todos os envolvidos, ou seja, um “problema nosso”. Daí a importância dessa forma de se constituir o “sistema de atendimento”, tal como aqui descrita e exemplificada.

Entretanto, acredito também que o simples fato de se constituir assim um “sistema de atendimento” não garante que se atinja o objetivo proposto para essa prática sistêmica novo-paradigmática: a dissolução do “problema” e a dissolução do sistema linguístico que se constituiu em torno dele.

O modo de coordenar as conversações – de um profissional que assumiu a identidade de “consultor de contextos” ou “*expert* em contextos”, não sendo mais um “*expert* em conteúdos” – tal como descrito por Aun (1996) é fundamental para que aconteça o que tenho chamado de “conversações transformadoras” (Esteves de Vasconcellos 2004).

A coordenação por um profissional sistêmico novo-paradigmático propicia o emergir de um sistema linguístico (ou conversacional), cujos participantes se dispõem a conversar sobre suas próprias relações, na emoção do respeito mútuo ou aceitação incondicional, o que viabiliza ações colaborativas. Emerge assim, efetivamente, um “sistema transformador de suas relações fundamentais”. Nesse sistema, as regras de relação serão criadas e recriadas recursivamente nas próprias interações / conversações entre os componentes do sistema, o que torna imprevisíveis os rumos que o sistema poderá assumir e impossibilita a definição prévia de metas específicas a atingir.

Emergindo um “contexto de autonomia”, as pessoas que dele participam escolhem o que é melhor para si e assumem as consequências de suas próprias escolhas (Aun 1996)<sup>4</sup>, o que corresponde ao que tem sido frequentemente chamado de “assumir autoria” ou “ser autor”.

Acredito que a emergência de algo que possamos distinguir como um “sistema transformador de suas próprias relações” e que permita a co-construção é uma característica inerente ao uso da “metodologia de atendimento sistêmico de famílias e redes sociais”, uma decorrência natural desse tipo de trabalho.

Note-se que, com o encaminhamento das ações colaborativamente construídas para a solução do problema inicialmente distinguido, aquele sistema linguístico, que se constituiu em torno do problema,

se dissolverá. Porém, as pessoas poderão manter sua nova forma de relacionar-se – na emoção do respeito mútuo ou aceitação incondicional – inclusive para constituir outras conversações sobre outras situações que estejam vivenciando.

A propósito, parece importante ressaltar que, apesar de poderem acontecer encaminhamentos para a solução daquele problema inicialmente distinguido pelo SDP, o compromisso do profissional coordenador do atendimento sistêmico não é com esses encaminhamentos ou com essa solução do problema. Ao contrário, como profissional sistêmico, o foco de seu trabalho são as relações entre as pessoas e, portanto, seu compromisso é com a qualidade das conversas, com a criação de um contexto em que cada um venha a reconhecer cada um dos demais como “legítimo ou na convivência”.

O que ele pretende, então, é que aconteça uma mudança do sistema, uma mudança de organização, desaparecendo aquele sistema cuja organização – relações distinguidas pelo observador entre os elementos do sistema – se constitui de “conversações de caracterização” e “conversações de acusação e recriminação injustificadas” e emergindo um outro sistema, cuja organização distinguida pelo observador são as transformações das relações entre as pessoas, de uma forma autônoma. Importante ressaltar que, como Watzlawick, Weakland e Fisch (1974), também temos considerado fundamental diferenciar entre “mudança no sistema” (mudança de 1ª. Ordem) e “mudança do sistema” (mudança de 2ª. Ordem), conforme explicitado no texto “Permanência e mudança. Formação e resolução de problemas” (Aun 2007b).

Isso é o que, a meu ver, viabilizará verdadeiras mudanças sociais – mudanças do contexto social – pretendidas pelas atuais políticas sociais. Acredito que essas mudanças sociais, desencadeadas por essa “Metodologia de Atendimento Sistêmico”, se constituem como mudanças nas regras de relação que constituímos e vivemos em nossa sociedade, propiciando o verdadeiro “desenvolvimento da cidadania”, tão falado e desejado por todos nós: desenvolvimento de um novo contexto social, cujas regras de relação – não mais necessariamente explicitadas em leis ou códigos – privilegiem a participação, a colaboração e a responsabilização de todos na construção do bem-comum.

## Referências

- Aun, J. G. (1996). *O processo de co-construção como um contexto de autonomia: uma abordagem às políticas de assistência às pessoas portadoras de deficiência*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Aun, J. G.; Esteves de Vasconcellos, M. J.; Coelho, S. V. (2005). *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais*. ( Vol. 1 ) Fundamentos teóricos e epistemológicos. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, 2ª ed. 2006.
- Aun, J. G.; Esteves de Vasconcellos, M. J.; Coelho, S. V. (2007a). *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais*. ( Vol. 2 ) O processo de atendimento sistêmico. Tomo I – O processo de atendimento sistêmico de famílias e redes sociais. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa.
- Aun, J. G.; Esteves de Vasconcellos, M. J.; Coelho, S. V. (2007b). *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais*. ( Vol. 2 ) O processo de atendimento sistêmico. Tomo II – Recursos teóricos e instrumentos para a compreensão e atendimento do sistema familiar. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa.
- Campos, M. S.; Miotto, R. C. T. (1998). Política de Assistência Social e a posição da Família na Política Social Brasileira. In: *Ser Social*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social / Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social. v. 1. n. 1, 1º sem.
- Dabas, E.; Najmanovich, D. (Comps.) (1995). *Redes. El lenguaje de los vínculos. Hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil*. Buenos Aires: Paidós.
- Esteves de Vasconcellos, M. J. (2004). *Conversações sobre conversações transformadoras*. Colóquio Inicial. In: VI Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, Florianópolis, ABRATEF, 21-24 jul.
- Esteves de Vasconcellos, M. J. (2005 a). Pensamento sistêmico novo-paradigmático: novo-paradigmático, por quê? In: J.C. Aun; M. J Esteves de Vasconcellos.; S. V. Coelho., *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais*. ( Vol 1 ) Fundamentos teóricos e epistemológicos. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, 2ª ed. 2006.
- Esteves de Vasconcellos, M. J. (2005 b). Pensando sistemicamente nossas relações familiares, a partir do novo paradigma da ciência. In.: J. G. Aun, ; M. J. Esteves de Vasconcellos.; S. V. Coelho, *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais*. ( Vol. 1 ) Fundamentos teóricos e epistemológicos. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, 2ª ed. 2006.
- Esteves de Vasconcellos, M. J. (2005 a). A 'teoria da comunicação humana' na abordagem sistêmica da família. In: J. G. Aun, ; M. J. Esteves de Vasconcellos.; S. V. Coelho.,... *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais*. ( Vol. 2 ) O processo de atendimento sistêmico. Tomo II – Recursos teóricos e instrumentos para a compreensão e atendimento do sistema familiar. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa.
- Esteves-Vasconcellos, M. (2007). Comunicação pessoal. Brasília, julho.
- Goollishian, H. A.; Winderman, L. (1988). Constructivismo, autopoiesis y sistemas determinados por problemas. *Sistemas Familiares*, Buenos Aires, año 5, n. 3, dez 1989, 19-29. Original inglês.
- Klefsbeck, J. (1996). *Psicoterapia dos vínculos e das redes sociais*. Workshop organizado por Workshopsy Eventos e EquipSIS, Belo Horizonte, 26-28 abr.
- Luhmann, N. (1990). The autopoiesis of social systems. In: N. Luhmann. *Essays on self-reference*. Columbia University Press, Nova York. Apud F. Capra (1996). *A teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Editora Cultrix, 2000. Original inglês.
- Méndez, C. L.; Coddou, F.; Maturana, H. (1988). A constituição do patológico: ensaio para ser lido em voz alta por duas pessoas. In: H. Maturana, *Da biologia à psicologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Original inglês.
- Pakman, M. (1993). Terapia familiar em contextos de pobreza, violência, dissonância étnica. *Nova Perspectiva Sistêmica*, Rio de Janeiro, Ano II, no. 4, out, 8-19.
- Watzlawick, P.; Weakland, J. H.; Fisch, R. (1974). *Mudança. Princípios de formação e resolução de problemas*. São Paulo: Cultrix, 1977. Original inglês.

## Notas

- <sup>1</sup> Para se obter uma justificativa para essa adjetivação do pensamento sistêmico, veja-se o texto "Pensamento sistêmico novo-paradigmático: novo-paradigmático, por quê?" (Esteves de Vasconcellos 2005 a).
- <sup>2</sup> Remeto novamente o leitor ao texto "Família como sistema, sistema mais amplo que a família, sistema determinado pelo problema" (Aun, Esteves de Vasconcellos, Coelho 2007a) onde está mais detalhado o uso que temos feito dessas concepções de Méndez, Coddou e Maturana.
- <sup>3</sup> Sobre nossa tendência de colocar no ambiente, no outro, a causa do nosso próprio comportamento e, portanto, de responsabilizá-lo pelo início da mudança, ver o texto "Pensando sistemicamente nossas relações familiares, a partir do novo paradigma da ciência" (Esteves de Vasconcellos 2005b), assim como o texto "A 'teoria da comunicação humana' na abordagem sistêmica da família" (Esteves de Vasconcellos 2007).
- <sup>4</sup> Parafraseando Pakman (1993) que definiu "poder, como um contexto de interação que permite que certos membros de um sistema social dado definam o que é que vai ser validado como real para outros membros do sistema", Aun (1996) definiu "autonomia, como um contexto de interação que permite que cada um defina o que é real para si e assuma as consequências dessa definição".

## Post Scriptum

Noutra oportunidade, pretendo apontar as diferenças fundamentais que distingo entre esta e outras metodologias em uso para o trabalho com grupos de famílias, no que se refere a: objetivos; forma de constituição do grupo; forma de coordenação das reuniões; e, finalmente, aos próprios efeitos distinguidos como decorrência da utilização de uma ou outra metodologia.